

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE BUENÓPOLIS/MG, CNPJ Nº 17.694.852/0001-29, com sede na Rua Ataliba Pereira, 99– Centro, na cidade de Buenópolis/MG, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Célio Santana, brasileiro, divorciado, contador, portador do CPF nº 322.310.676-68; e a empresa **MARCELO VARGAS DE MOURA – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.516.223/0001-60, estabelecida a Rua Josina Mourthe, 223 – Bairro Bela Vista – Curvelo/MG – CEP: 35.790-000, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por Marcelo Vargas de Moura, portador do CPF nº 967.336.166-53, resolvem firmar o presente contrato para contratação de serviços de traslado, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº 003/2018, na modalidade Pregão Presencial nº 002/2018, do tipo menor preço, sob a regência da Lei Federal n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

01. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1. Contratação de prestação de serviços de traslado (transporte Escolar e outros), na forma que segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	KM ESTIMADA PARA 60(SESSENTA) MESES	VALOR UNIT
01	TRANSPORTE COM ÔNIBUS COM CARACTERÍSTICA ORIGINAL RODOVIÁRIO COM MÍNIMO DE 49 LUGARES PARA ESTRADA NA ZONA RURAL (NÃO PAVIMENTADA) / OU PAVIMENTADA NA LINHA DO TRANSPORTE ESCOLAR DESTE MUNICÍPIO. ITINERÁRIO: LOCALIDADE RURAL DO DISTRITO DE CURIMATAI PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS NA CIDADE DE BUENÓPOLIS/MG. COM ITINERÁRIO DE 84 KM IDA E VOLTA E 10 KM/DIA DESLOCAMENTO DENTRO DA CIDADE DE BUENOPOLIS NAS ESCOLAS DO BAIRRO FLORESTA (ESCOLA PROF. NOEMI PEREIRA DA COSTA), BAIRRO BELA VISTA (ESCOLA PEQUENO POLEGAR), BAIRRO CENTRO (ESCOLA NSSA SENHORA DO CARMO E PADRE LAERTE ESPERANÇA DE OLIVEIRA), ESCOLA BAIRRO SANTA LUZIA (ESCOLA PROF. MARIA DAS DORES PIRES CAFAGGI) E EM ACESSOS NA ESTRADA E DENTRO DO DISTRITO DE CURIMATAI PARA O EMBARQUE E DESEMBARQUE DE ALUNOS. TOTAL 94 KM DIA - (APROXIMADAMENTE) . OBSERVAÇÃO: O INÍCIO E TÉRMINO DO CONTADOR DE VELOCÍMETRO TERÁ QUE SER NO DISTRITO DE CURIMATAI, OU SEJA AS DESPESAS DE DESLOCAMENTO DO ENDEREÇO DO LICITANTE VENCEDOR ATÉ O DISTRITO DE CURIMATAI PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CORRERÁ POR CONTA DO CONTRATADO.	124.080 KM	R\$ 4,80/KM
VALOR TOTAL.....		R\$ 595.584,00(quinhetos e noventa e cinco reais e quinhentos e oitenta e quatro centavos)	

02. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

02.1. - Dos preços

02.1.1.2. – O valor a ser pago mensalmente, pelos serviços quando solicitado pelo município, será apurado pela somatória de todas as quilometragens realizadas no mês anterior.

02.1.2. – O valor a ser pago mensalmente, será apurado pela somatória de todas as viagens realizadas no mês anterior.

02.1.3. - O pagamento será realizado mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao que foi efetuada a prestação dos serviços, mediante apresentação das respectivas notas fiscais/faturas.

02.1.4 – O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades e, só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior aquela a que se refere à remuneração auferida.

02.1.5. - Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

02.2. - Os preços referidos na proposta, incluem todos os custos e benefícios decorrentes da prestação do serviço, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução do contrato.

02.3. – O gasto com combustível corresponde a 30% (trinta por cento) do valor total da viagem/dia.

02.4. - Os preços referidos no item 2.1.1, incluem todos os custos e benefícios decorrentes da prestação de serviços, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução do contrato.

02.5. - O Município poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

02.6. - Os pagamentos efetuados à CONTRATADA não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

02.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$I = (TX/100)$

$EM = I \times N \times VP$, onde:



I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

02.8. Dos reajustes

02.9 - Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2002, os preços poderão ser reajustados após a vigência contratual de 12 (doze) meses, salvo autorização de aumento concedido pelo Governo Federal.

02.10 - Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

02.11 - A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação ocorrida entre o mês da assinatura do contrato e do 12º mês de execução do contrato, passando a vigorar o novo preço a partir do 13º mês.

02.12. - Da revisão de preços

02.13 - Constatado aumento do valor de combustível, que inviabilize a manutenção do preço contratado inicialmente, as partes poderão repactuar o valor do contrato para a justa remuneração, utilizando o critério definido para apurar o percentual de reajuste de combustível adotado pela licitação específica promovida pelo Município, observado o disposto no item 2.3.

03. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

03.1. - São obrigações das partes:

I – DO CONTRATANTE:

- Notificar a CONTRATADA através da Secretaria Municipal de Transportes e/ou Secretaria Municipal de Educação, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na prestação do serviço.
- O Contratante se obriga a proporcionar ao Contratado todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.
- Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação do serviço, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.
- Providenciar os pagamentos ao CONTRATADO à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, nos prazos fixados.
- O Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços, se considerados em desacordo com os termos do presente contrato.
- fornecer cronograma mensal das viagens.

II – DA CONTRATADA:

- Prestar o serviço em estrita observância às condições previstas neste contrato e na proposta.
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da prestação do serviço objeto desta licitação.
- Manter durante o período de execução dos serviços contratados, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, apresentando os respectivos comprovantes, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação.
- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.
- Manter apólice de seguros de passageiros.
- Manter motorista habilitado na categoria “d”, com idade superior a 21 anos.
- Prestar os serviços e manter o veículo nas condições determinadas no Código de Trânsito Brasileiro, para transporte escolar, em especial os arts 136 a 139.
- Substituir por veículo similar ao apresentado na proposta comercial, o veículo que necessitar de manutenção preventiva ou corretiva, de forma a não interromper a prestação dos serviços.

04. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

04.1. - As despesas decorrentes desta contratação correrá pelas dotações orçamentárias nº 02.08.10.12.361.0239.2137.3.3.90.39.00-276.

005. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

05.1. - O prazo de vigência deste contrato será até 31/12/2018, contados da data de sua assinatura.

05.2. - A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

06. CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

06.1. - A CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- O conhecimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;



- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 78 do Estatuto das Licitações;
e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

07. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

07.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

07.1.1. advertência;

07.1.2. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, prestação do serviço, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

07.1.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a conseqüente rescisão contratual, quando for o caso;

07.1.4 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

a) inobservância do nível de qualidade dos serviços;

b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;

c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;

d) descumprimento de cláusula contratual.

07.2 - A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

07.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

07.4. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Buenópolis/MG, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

08. CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

08.1. - O extrato do presente contrato será publicado no órgão de divulgação oficial do Município, que é o quadro de avisos afixado no hall da Prefeitura, conforme dispõe a Lei Municipal 1.155 de 18 de junho de 2003

09. CLÁUSULA NONA - DA NOVAÇÃO

09.1. - Toda e qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

10.1. - Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidas com base na Lei nº 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. – O Regime de Execução do presente contrato é de Execução Indireta “empreitada por preço unitário”.

11.2. – somente haverá prestação de serviços em dia letivos, assim definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. - Fica eleito o foro da comarca de Buenópolis/MG, para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

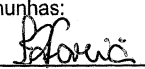
Buenópolis/MG, 19 de fevereiro de 2018.


MUNICÍPIO DE BUENÓPOLIS/MG


CONTRATADA
MARCELO VARGAS DE MOURA – ME

Testemunhas:

CPF nº:


010.843.536.32

CPF nº:

967336166.53